

## ENSINO DE PRODUÇÃO DE TEXTOS: DA PROPOSTA À REESCRITA

**Janayna Bertollo Cozer CASOTTI**

Universidade Federal do Espírito Santo  
janayna.casotti@ufes.com.br

**Resumo:** Partindo da concepção de produção textual como atividade *transitiva*, pretende-se analisar, neste trabalho, o percurso envolvido na prática de escrita de textos de opinião, desde a proposta de produção até a de reescrita. Segundo Rangel (2011, p. 60), a produção de um texto compreende um dado interlocutor, objetivos determinados e também um gênero: “escrevemos em *situações de comunicação* bastante precisas, capazes de balizar o *quê* e o *como* dizer, assim como o *para quem* o diremos”. Dessa maneira, sob a ótica da Linguística Aplicada, em interface com a Análise do Discurso e a Linguística Textual, será analisada a produção textual de um aluno, em contexto específico de manifestação da opinião, entendida aqui como ato de linguagem que não pode ser explicado fora do vínculo com a situação concreta. A esse respeito, Koch (2000, p. 9) lembra que a linguagem deve ser compreendida “como forma de ação, ação interindividual finalisticamente orientada”. A linguagem se apresenta, pois, como ação que as pessoas realizam, não como fim em si mesma, mas como estratégia para produzir sentido e instaurar relações sociais. Assim, vivenciando a escrita como prática social, é possível compreender essa atividade de linguagem como um processo e não apenas como produto.

**Palavras-chave:** Produção textual; contexto de produção; atividade de reescrita.

### 1. Considerações iniciais

É fato que as demandas sociais na atualidade vêm exigindo do cidadão uma postura que não se restrinja à simples observação da realidade. O indivíduo, hoje, precisa demonstrar capacidade de analisar, de forma crítica, a sua realidade social e, conseqüentemente, intervir nela, exercendo plenamente a sua cidadania.

Nesse sentido, a escola possui papel fundamental, uma vez que pode ajudar a construir essa postura atuante. Conforme preconizam os PCN's (1997, p. 25), uma “educação verdadeiramente comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para o desenvolvimento da capacidade de uso eficaz da linguagem que satisfaça necessidades pessoais”.

Considerando, pois, a linguagem como forma de participação social plena e considerando também a leitura e a produção de textos como atividades de linguagem que tornam possível essa participação, pretendemos, neste artigo, analisar o percurso envolvido na prática de escrita de textos de opinião, desde a proposta de produção até a de reescrita.

A partir dos pressupostos da Linguística Aplicada, em interface com a Análise do Discurso e a Linguística Textual, procuraremos reconhecer, em texto produzido por aluno, marcas das condições de produção e índices de autoria. Assim, vivenciando a escrita como prática social, é possível compreender tal atividade de linguagem não como *produto*, mas como *processo*, em que se envolve também leitura, revisão e reescrita.

## 2. Ensino de produção de textos na escola: uma abordagem histórica

Ainda que hoje acreditemos na produção textual funcionando como princípio organizador tanto da prática de leitura quanto da atividade de reflexão sobre a língua e a linguagem, durante muito tempo, no ensino de língua, não era isso que acontecia.

Do final do século XVIII a meados do século XIX, o enfoque não estava na produção textual, mas sim no trabalho prescritivista com regras da gramática e na leitura como decodificação ou memorização de textos literários. Apenas de modo indireto é que se associava o ensino de gramática e literatura à aprendizagem de produção textual. De acordo com Meserani (2001, p. 15), não se observavam “vínculos imediatos, relações causais determinadas. Se o aluno não escrevesse bem, mas mostrasse ter decorado os pontos do programa de literatura, seria avaliado por este conhecimento e não por sua redação”. A produção, neste caso, poderia (ou não) ser consequência de um trabalho com a gramática e com a literatura.

A história do ensino sistemático da produção de textos começa, pois, no contexto das disciplinas de retórica, poética e literatura nacional, com a famosa *composição*, texto redigido por alunos das séries finais do ensino secundário, que deveria se constituir em uma *imitação* dos modelos: as obras-primas nacionais. Tratava-se de um trabalho voltado para o *texto-produto*, compreendido, naquele momento, como resultado de muita leitura, do bom desempenho na fala e do pensar logicamente, pressupostos para a *boa redação*.

Segundo Bunzen (2006, p. 143), tal abordagem “‘beletrista’, voltada essencialmente para a formação literária e propedêutica, nos acompanha até hoje, mesmo depois da eliminação das disciplinas retórica e poética do currículo em 1890!”. E é exatamente por isso que é necessário repensar a concepção que se tem de ensino de língua.

Na década de 60/70, não obstante o viés inovador trazido pelo incentivo à criatividade do aluno na produção escrita e também pelas primeiras mudanças em relação aos objetivos e à metodologia de ensino, propostas pela Lei de Diretrizes e Bases, em 1971, a concepção de língua como código acaba se mantendo. Assim, o texto é entendido como

uma mensagem que contém um significado e que precisa ser decodificada pelo receptor. A língua é vista como um ‘arco-íris imóvel’ (Bakhtin/Volochinov, 1929), isto é, um conjunto de *sinais* com normas fixas que precisam ser decodificados para que ocorra a compreensão, ou a decodificação. Nessa direção, *produzir um texto* é submeter uma mensagem a uma codificação, o que é, em certo sentido, uma visão bastante reducionista da própria interação verbal, seja escrita ou oral, pois observa a língua de forma monológica e a-histórica. (BUNZEN, 2006, p. 145)

Se, por um lado, na década de 70, a prova de *redação* se tornou obrigatória nos exames de ingresso ao ensino superior, estratégia da política educacional brasileira para buscar resolver o *problema* do desempenho dos alunos, por outro, os resultados obtidos só fizeram acentuar ainda mais as nossas preocupações em relação à prática de produção textual.

Os dados do último relatório pedagógico do Enem, por exemplo, apontam que, em 2007, a média geral obtida na produção escrita foi 55,99. Além disso, metade dos alunos obteve nota igual ou inferior a 57,50. Apenas 5% dos alunos atingiram nota igual ou superior a 77,50. Os números acabam confirmando que a obrigatoriedade de uma avaliação não é garantia para uma proficiente produção textual.

Avaliações em larga escala não resolvem – é bem verdade - os problemas de leitura e escrita dos alunos; no entanto, elas sinalizam a necessidade de se investigarem as causas desses problemas.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é investigar o percurso envolvido na prática de escrita de textos de opinião, considerando a produção textual na perspectiva do gênero. Por isso, trataremos, na próxima seção, da importância da noção *gênero textual*.

### 3. A importância dos gêneros textuais

Embora haja uma profusão de trabalhos sobre gêneros textuais, seu estudo, conforme assinala Marcuschi (2008, p. 147), não é recente. Uma vez caracterizados como atividades sociodiscursivas que se definem por tipos *relativamente estáveis* de enunciados, produzidos nas mais diversas esferas de comunicação, os gêneros não podem ser reduzidos a uma classificação estanque, já que estão sujeitos a mudanças relacionadas, inclusive, a transformações na própria sociedade. Dessa forma, há muito o que se discutir a esse respeito.

Na concepção de Bakhtin (1999), a linguagem constitui um fenômeno ideológico e, dessa maneira, não pode ser reduzida a simples veículo de comunicação entre os homens, com a finalidade precípua de transmitir uma mensagem, por meio de um código comum a falante e ouvinte, tal como propõe a abordagem formalista.

Para o teórico, essa concepção constitui um obstáculo à apreensão da natureza real da linguagem como código ideológico ou vivencial. Por isso, ele desenvolve sua concepção de linguagem, a partir de uma crítica rigorosa às correntes teóricas da linguística que não permitem apreender o núcleo da realidade linguística.

Ao questionar, de um lado, as teses do objetivismo abstrato e, de outro, as do subjetivismo idealista, Bakhtin mostra a linguagem, não como um produto acabado, mas como um grande diálogo que se constitui na corrente de comunicação verbal e que acompanha a trajetória do homem no seu contexto sócio-histórico. Desse modo, a categoria básica da concepção de linguagem em Bakhtin é a interação verbal, cuja realidade fundamental é o caráter dialógico, que liga locutor e interlocutor, num processo contínuo de interlocução.

Entendendo a linguagem como interação social, que se realiza, muitas vezes, sob a forma de enunciados orais ou escritos, é necessário considerar, tal como Bakhtin, que cada enunciado vai refletir as condições e as finalidades das esferas de comunicação

não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolúvelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 2000, p. 279).

Ao tratar do enunciado como *unidade real da comunicação verbal*, Bakhtin aponta três elementos responsáveis pela constituição dos gêneros: o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional.

O primeiro elemento, o conteúdo temático, designa aquilo de que se fala no enunciado, sendo necessariamente veiculado por certa *construção composicional* e realizando-se linguisticamente de acordo com o *estilo* do locutor. Conforme Bakhtin, o tratamento exaustivo desse conteúdo temático varia de acordo com a esfera de comunicação verbal: pode

ser quase total em uma esfera e relativo em outra, devendo haver sempre um mínimo de acabamento como forma de provocar, no dizer de Bakhtin, uma *atitude responsiva* do interlocutor. (Cf. BAKHTIN, 2000, p. 299-300).

Já o segundo elemento, o estilo, remete a questões de seleção: recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais, os quais auxiliam na identificação do escopo intencional do locutor. Uma ampliação do conceito de escopo intencional é o que Bakhtin chama de *intuito discursivo* ou o *querer-dizer* do locutor. É preciso estar, portanto, diretamente implicado numa comunicação, conhecer a situação e os enunciados anteriores para captar tal intuito.

Não é difícil entender que o enunciado, em qualquer esfera de comunicação, por ser individual, reflete a individualidade do locutor e, assim, apresenta um estilo individual. Há gêneros – como os literários – de cujo empreendimento enunciativo esse estilo individual faz parte. Mas também há os que são menos propensos a refletir tal individualidade, por possuírem estrutura mais rígida, como, por exemplo, os documentos oficiais. E embora existam gêneros assim, é fato que o estilo linguístico ou funcional, que Bakhtin (2000, p. 283) determina como “o estilo de um gênero peculiar a uma dada esfera da atividade e da comunicação humana”, apresenta um vínculo indissolúvel com o enunciado. Para Bakhtin, esse estilo vincula-se

a unidades temáticas determinadas e, o que é particularmente importante, a unidades composicionais: tipo de estruturação e de conclusão de um todo, tipo de relação entre o locutor e os outros parceiros da comunicação verbal (relação com o ouvinte, ou com o leitor, com o interlocutor, com o discurso do outro, etc.). O estilo entra como elemento na unidade de gênero de um enunciado. (BAKHTIN, 2000, p. 284).

Por fim, a construção composicional, terceiro elemento responsável pela constituição de um gênero, designa a maneira como conteúdo e estilo são organizados para dar forma ao texto. As formas típicas de estruturação do gênero são determinadas de acordo com a especificidade de uma dada esfera de comunicação verbal, com a necessidade de uma temática e com o intuito discursivo do locutor que, sem renunciar à sua subjetividade, vai adaptar-se e ajustar-se ao gênero.

Para se referir ao que Bakhtin chamou de *gêneros do discurso*, Marcuschi (2002) utiliza a expressão *gêneros textuais*. De acordo com ele, os gêneros textuais não se caracterizam nem se definem por aspectos formais, sejam eles estruturais ou linguísticos, mas sim por aspectos sociocomunicativos e funcionais: “Quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares”. (MARCUSCHI, 2002, p. 29).

Então, se temos um número ilimitado de práticas sociais, relacionadas, inclusive, ao uso das novas tecnologias, também teremos uma variedade muito grande de gêneros textuais: carta (pessoal, comercial etc.), manual, entrevista, bula de remédio, entre outros.

A dinamicidade dos gêneros textuais é um aspecto considerado por Marcuschi que, além de ratificar seu caráter sócio-histórico e a sua variabilidade, também revela a impossibilidade de se fazer uma lista fechada para eles.

Marcuschi também procura deixar claros os conceitos de gêneros e tipos textuais. Para ele, enquanto a nomeação dos gêneros funda-se em critérios externos (função, estilo, conteúdo, composição e canal), os tipos textuais são definidos por seus traços linguísticos predominantes, ou seja, por critérios internos.

De acordo com o linguista (2008, p. 154), referimo-nos a tipo textual para designar “uma espécie de construção teórica {em geral uma sequência subjacente aos textos} definida pela natureza linguística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais,

relações lógicas, estilo}”, predominando a identificação de sequências linguísticas típicas como norteadoras das categorias conhecidas como *narração*, *argumentação*, *exposição*, *descrição e injunção*, e a gêneros para designar “os textos materializados em situações comunicativas recorrentes”, não havendo possibilidade de tratar o gênero independentemente de sua realidade social e de sua relação com as atividades humanas. (MARCUSCHI, 2008, p. 155).

Porém, longe de anunciar uma dicotomia entre gêneros e tipos, o linguista pretende chamar a atenção para esses aspectos do funcionamento da linguagem em situações de comunicação da vida diária. Para ele,

não há uma dicotomia entre gênero e tipo. Trata-se duma relação de complementaridade. Ambos co-existem e não são dicotômicos. Todos os textos realizam um gênero e todos os gêneros realizam sequências tipológicas diversificadas. Por isso mesmo, os gêneros são em geral tipologicamente heterogêneos. (MARCUSCHI, 2008, p. 160).

Dessa maneira, os gêneros podem apresentar sequências típicas de categorias variadas, realizando dois ou mais tipos de textos. É isso que Marcuschi denomina *heterogeneidade tipológica do gênero*. Nomeando-se, pois, um certo texto como narrativo, expositivo ou argumentativo, estaremos nos referindo ao predomínio de uma espécie de sequência de base.

Enquanto os textos narrativos compreendem sequências indicativas de ações e acontecimentos (acompanhados de indicação de circunstância de tempo e lugar), os textos descritivos realizam-se por sequências com verbos de existência ou de localização no espaço, acompanhados de caracterização ou de indicação circunstancial. Os textos expositivos, por sua vez, apresentam o predomínio de sequências de identificação e explicação analítica e os argumentativos se dão pela presença de sequências de comentário e avaliação de asseverações conceituais. Por fim, os textos injuntivos apresentam o predomínio de sequências imperativas.

Marcuschi também apresenta mais uma noção: a de *domínio discursivo*, uma instância de produção discursiva ou das grandes esferas da atividade humana. Tais domínios não são textos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos. Segundo tal concepção, destacam-se o discurso jornalístico, o religioso, o jurídico, entre outros, visto que as atividades jornalística, religiosa ou jurídica não abarcam um gênero específico, mas dão origem a vários deles. No âmbito do discurso jornalístico, por exemplo, temos reportagens, notícias, classificados, entrevistas, dentre outros.

Paralelamente a essa discussão sobre gêneros, há também uma outra muito importante: a de suporte textual. Segundo Marcuschi (2008, p. 174), ainda não há estudos sistemáticos sobre o suporte dos gêneros textuais, mas essa é uma questão que precisa ser debatida, uma vez que, sendo o “*locus* físico ou virtual, com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto”, o suporte é extremamente necessário a que o gênero circule socialmente.

De certa maneira, o gênero é sempre identificado na relação com o suporte. Porém, como bem observa Marcuschi, não se deve confundir suporte com o contexto, com o canal em si, nem com o serviço prestado. Nesse sentido, ele procura distinguir suporte de serviço. Para isso, estabelece uma primeira distinção entre suportes convencionais e suportes incidentais.

O linguista coloca, entre os suportes convencionais, o livro (didático ou não), o jornal (diário), a revista (semanal ou mensal), a revista científica (boletins e anais), o rádio, a televisão, o telefone, um quadro de avisos, o *outdoor*, o encarte, o folder, os luminosos ou as faixas, e entre os incidentais, as embalagens, os para-choques ou para-lamas dos caminhões, as roupas, o corpo humano, as paredes, os muros, as paradas de ônibus, as calçadas, as fachadas, ou então, as janelas dos ônibus. Por outro lado, os correios, os *e-mails*, a mala

direta, a *internet*, a *homepage*, e o *site* são identificados como serviços em função da atividade comunicativa.

Considerando, pois, que os textos manifestam-se sempre num ou noutro gênero textual, que exige uma superfície física, em formato específico, para fixar e mostrar um texto, é inequívoca a importância de se levar em conta essa categoria (gênero textual) na análise. Os gêneros, eventos textuais de forma maleável, ajudam a organizar e a facilitar as atividades comunicativas do dia-a-dia, pois possuem a função de assegurar a comunicação.

Diante de uma pintura ou de palavras escritas em portadores de textos reconhecidos socialmente (placas, cartazes, jornais, revistas, livros etc), partimos do pressuposto de que quem as produziu pretende que elas sejam um texto e produzam um discurso. Esperamos, por exemplo, que as palavras estampadas em um *outdoor* contenham uma mensagem escrita para atingir um grande público. Diante de uma entrevista, temos a expectativa de que as respostas sejam coerentes e que se refiram, realmente, às preferências e à visão de mundo do entrevistado. É o esperado que facilite o caminho da compreensão. Assim, quanto mais conhecimentos sobre os gêneros textuais os sujeitos da enunciação partilharem, maiores serão as chances de eficácia no processo comunicativo.

Partindo, pois, da concepção de produção textual na perspectiva do gênero, compreendida como atividade *transitiva*, pretendemos analisar, neste trabalho, o percurso envolvido na prática de escrita de textos de opinião, desde a proposta de produção até a de reescrita. Por isso, faz-se necessária a próxima seção.

#### 4. O contexto de produção dos textos

Segundo Rangel (2011, p. 60), a produção de um texto compreende um dado interlocutor, objetivos determinados e também um gênero: “escrevemos em *situações de comunicação* bastante precisas, capazes de balizar o *quê* e o *como* dizer, assim como o *para quem* o diremos”. Por isso é que, em primeiro lugar, precisamos considerar o contexto de produção do texto que será analisado e que constitui produção de aluno universitário, de 1º período, no contexto da disciplina de Língua Portuguesa.

O objetivo da atividade era a manifestação de posicionamento crítico em relação à seguinte questão polêmica: *O Brasil é referência em preservação de água?* Para fomentar a discussão em sala, foi lido e discutido um texto jornalístico, intitulado *Brasil é referência mundial para preservação da água?*, de Débora Spitzcovsky, publicado em Planeta Sustentável, no dia 07 de maio de 2009. Tal texto tratava, naquele momento, da possibilidade de inclusão do Instituto Hidroex na rede internacional de referência em recursos hídricos da Unesco, o que, de fato, veio a acontecer meses depois.

Depois da leitura e discussão do texto e também da relação deste com outros textos (em anexo), os alunos debateram sobre o tema: uns, defendendo o fato de o Brasil poder ser referência mundial em preservação da água; outros, colocando-se contra esse ponto de vista.

Assim, os alunos foram convidados a manifestar sua opinião, escrevendo. Para tanto, eles precisariam se colocar na posição de um articulista decidido a dialogar com o texto lido, por meio de um artigo jornalístico opinativo. Tal artigo seria destinado a uma série especial sobre Meio Ambiente, a ser publicada em jornal de grande circulação.

Como todo texto se realiza a partir de um determinado gênero, é importante, aqui, tratar do gênero proposto. Como se trata de artigo opinativo, vale mencionar o que disse Uber (2008, p. 7) a esse respeito:

Os artigos de opinião abordam questões polêmicas que envolvem a coletividade, dessa forma, é imprescindível que a participação no mundo

seja menos alienada, mais completa, mais participativa. Através do conhecimento da opinião alheia sobre a nossa, torna-se possível rever valores e aceitá-los, transformá-los ou refutá-los, e escrever artigos de opinião nos possibilita explicitar nossas opiniões a respeito de diferentes temas. Por ser um gênero que tem sua circulação em jornais, revistas e sites na internet, possibilita o acesso a um grande número de indivíduos que podem ter sua participação tanto como leitores, quanto como escritores de seu próprio artigo.

Assim, há que se observar o artigo de opinião no escopo de um contrato comunicativo diferente daquele definido para a notícia, a reportagem, a carta do leitor, o resumo de novela. Em outras palavras, é necessário perceber o artigo de opinião no interior do contrato de comunicação da mídia impressa ou televisiva, de acordo com o modo argumentativo do discurso. (Cf. CHARAUDEAU, 2008)

## 5. A produção textual do aluno

Conforme já dissemos, o texto que será analisado faz parte de uma série de produções individuais de universitários, no contexto da disciplina de Língua Portuguesa, que enfocava, em seu programa, leitura e produção textual. De um conjunto de, aproximadamente, 50 produções, selecionamos uma para análise, por acreditarmos que tal texto é bem representativo desse conjunto. Optamos pela transcrição integral do texto escrito pelo aluno, a fim de melhor acompanhar a análise:

No Brasil, de alguns anos atrás até o momento atual, está havendo uma grande mobilização para que as pessoas vivam de maneira sustentável, são ações que tentam fazer com que as pessoas tenham uma relação menos predatória com o meio ambiente.

Penso que para se tornar referência em algo precisa primeiramente dar o exemplo, e o Brasil está muito longe de ser um ícone na preservação de água. Num país que a população de um modo geral não consegue economizar, que o governo não consegue fazer de forma coerente uma política pública de preservação das matas silviculturais, ou de conscientização do uso de água potável, creio que será bastante trabalhoso para a pessoa que irá nos representar, se isso acontecer algum dia.

Num país em que grande parte dos mananciais de suas grandes cidades são poluídos, com pequenas cidades que “almejam” chegar a 100% do esgoto tratado, com dificuldade para levar água potável, um direito básico de todo cidadão, para lugares mais carentes.

E voltando ao primeiro parágrafo, a ideia de sustentável em nosso país ainda é embrionária, há um longo caminho para que sejamos referência na preservação de água, num país com tanta abundância desse recurso, que em algumas regiões é de tão fácil acesso, diminuir o volume de consumo é difícil, mas não impossível.

Como podemos observar, já no primeiro parágrafo, apesar de o aluno apresentar duas ideias que sugerem seu ponto de vista (a mobilização em favor da sustentabilidade e a existência de ações menos predatórias em relação ao meio ambiente), ele acaba revelando outra ideia que expressa contradição em relação à primeira. Afinal, como seria possível haver uma *grande* mobilização em torno da sustentabilidade e, ao mesmo tempo, a ideia de sustentabilidade no Brasil ser embrionária?

Na verdade, o que percebemos, pela análise do texto como um todo, é que o aluno quer defender o fato de a sustentabilidade constituir uma ideia ainda embrionária em nosso país, no entanto, não faz isso no primeiro parágrafo do texto, e sim no último. O autor chega a explicitar o que constituiria um elemento de continuidade textual no último parágrafo: “E voltando ao primeiro parágrafo, a ideia de sustentável em nosso país ainda é embrionária, há um longo caminho para que sejamos referência na preservação de água”.

Assim, percebemos ser essa a tese que ele pretende defender e as outras duas (como já mencionamos, a da mobilização em favor da sustentabilidade e a da existência de ações menos predatórias em relação ao meio ambiente), as que pretende refutar. Ora, se o objetivo do aluno-autor era estabelecer essa relação antítese x tese, isso deveria ter sido explicitado no primeiro parágrafo, a partir de um raciocínio concessivo, para garantir, assim, o efeito argumentativo desejado.

No segundo parágrafo, notamos que o aluno não dá a informação necessária ao leitor do jornal: “Penso que para se tornar referência em algo precisa primeiramente dar o exemplo”. O leitor não saberia, por exemplo, por que o autor está tratando do tema “ser referência”, se, anteriormente, ele não fala disso. Essa informação é presumível para quem elaborou a proposta de produção, mas não para o leitor do jornal. Isso evidencia que o autor, apesar de a proposta deixar claro que o texto produzido poderia ser publicado em um jornal de grande circulação, tinha em vista o professor que elaborou a proposta e os convidou a escrever o texto. Obviamente, adiante, o leitor acaba encontrando a informação. Todavia, tal lacuna denota a ausência de retomada de referente, o que é inadequado ao gênero em questão, uma vez que o texto perde em continuidade.

Não obstante a lacuna, reconhecemos, no início do segundo parágrafo, um argumento: a importância do *exemplo* para que se cumpra o desejo de ser referência. Embora o aluno tenha se baseado em um lugar-comum, ele, em seguida, explica muito bem por que o Brasil não é exemplo: a população não economiza; o governo não consegue realizar política pública para preservação das matas ciliares ou para conscientização em relação ao uso da água potável. E, então, ele conclui que tornar o Brasil referência constitui um empreendimento árduo para quem nos representa, retirando, assim, a responsabilidade da sociedade em geral e, ainda, manifestando dúvida em relação ao fato de o Brasil poder ser referência um dia.

Ainda que o aluno não termine a ideia que vem desenvolvendo no terceiro parágrafo, ele apresenta aí outras razões pelas quais o Brasil não pode ser referência. Vale mencionar, neste caso, o fato de o aluno-autor estabelecer um diálogo com os textos lidos e discutidos em sala de aula. O texto 3, por exemplo, traz a seguinte informação: “Há ainda questões como garantir à população das periferias das grandes cidades o acesso à água potável e de boa qualidade. Nos grandes centros urbanos, os rios e as represas estão poluídos” (Revista Nova Escola *on line*, 2010), o que se revela no texto do aluno.

No último parágrafo, o aluno confirma a tese que vem defendendo: “há um longo caminho para que sejamos referência na preservação de água”. Todavia, acaba repetindo ideias (“num país com tanta abundância desse recurso, que em algumas regiões é de tão fácil acesso”), para, então, apontar uma solução: “diminuir o volume de consumo é difícil, mas não impossível”.

## 6. Considerações Finais

A análise aqui realizada comprova, pois, que o trabalho de interação realizado em sala de aula, por meio da leitura de textos sobre o tema em questão (preservação ambiental) e também pela discussão acerca desses textos, antes da produção escrita e, até mesmo, após ela, pode ajudar o aluno a ampliar significativamente seus respectivos universos de conhecimento.

Basta ver, por exemplo, a reescrita apresentada, após a discussão sobre os textos produzidos, pelo mesmo aluno que teve seu texto analisado neste trabalho:

No Brasil, de alguns anos atrás até o momento atual, está havendo uma grande mobilização para que as pessoas vivam de maneira sustentável. São ações que tentam fazer com que elas tenham uma relação menos predatória com o meio ambiente. Contudo, essa é ainda uma ideia embrionária que requer mais atenção por parte de nossas autoridades.

Para o Brasil se tornar referência mundial em preservação de água, precisa primeiramente dar o exemplo, e o nosso país está longe disso, com a situação que se encontram nossos rios, matas ciliares, saneamento básico e com a pouca instrução da população no que diz respeito ao tratamento que se deve dar a esse recurso.

Para um país em que grande parte dos mananciais de suas grandes cidades são poluídos; com poucas cidades que “almejam” chegar a 100% do esgoto tratado; com dificuldade para levar água potável, um direito básico de todo cidadão, para lugares mais carentes, fica realmente complicado falar na possibilidade de ser referência em preservação. No Brasil, precisamente na região do Triângulo Mineiro, existe um centro que atua como reprodutor e difusor das ideias referentes à preservação da água na África e na América Latina. Tal centro é o Instituto Hidroex, que almeja se tornar referência mundial, assim elevando o *status* do Brasil como um dos países que realmente preserva sua água.

Entretanto, não adianta apenas ter um projeto de grande amplitude como esse para o Brasil se tornar referência nesse assunto. É ineficaz ter a solução somente no papel. Tem que existir a ação na prática para mudar a situação de descaso em que vive o meio ambiente.

De fato, a interação tem papel preponderante na história de amadurecimento do sujeito-leitor ou do sujeito-produtor. Por isso, entendemos ser necessário um trabalho que proponha a construção conjunta de conhecimentos e habilidades e que torne possível não só a revelação do universo de experiências, mas também a ampliação dos conhecimentos prévios, pois, para compreender/escrever um texto, é necessário ter conhecimento sobre o assunto tratado, a fim de poder estabelecer relações sobre o tema e seu desenvolvimento.

Assim, como fica claro na reescrita, o texto do aluno não só remete a *vozes anteriores*, resultado de leituras prévias e de muita discussão, mas também projeta a voz daquele que se mostra sujeito de sua história, pela manifestação de seu ponto de vista em relação à realidade que o cerca.

## Referências

ADEODATO, Sérgio. Poluição e desperdício reduzem a água disponível no Brasil. **Guia do Estudante**, 2009. Disponível em: <[http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/conteudo\\_345578.shtml](http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/conteudo_345578.shtml)>. Acesso em 05 abr. 2012.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUNZEN, Clecio. Da era da composição à era dos gêneros: o ensino de produção de textos no ensino médio. In.: BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia (Org.). **Português no ensino médio e formação de professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MESERANI, Samir. **O intertexto escolar: sobre leitura, aula e redação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RANGEL, Egon de Oliveira. **Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro: o que nos dizem os textos dos alunos?** São Paulo: Cenpec/Fundação Itaú Social, 2011.

SOUZA, Luís. A água é um recurso natural esgotável. **Revista Nova Escola**, 2010. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=157>>. Acesso em 05 abr. 2012.

SPITZCOVSKY, Débora. Brasil é referência mundial em preservação da água? **Planeta Sustentável**, 2009. Disponível em: <[http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo\\_469002.shtml](http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_469002.shtml)>. Acesso em 05 abr. 2012.

UBER, Terezinha de Jesus Bauer. **Artigo de Opinião: estudos sobre um gênero discursivo**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/255-4.pdf>>.

## ANEXOS

### TEXTO 1: BRASIL É REFERÊNCIA MUNDIAL PARA PRESERVAÇÃO DA ÁGUA?

*O Instituto Hidroex, localizado na região do Triângulo Mineiro, tem grandes chances de ser incluído na rede internacional de referência em recursos hídricos da Unesco por promover, com seriedade, debates sobre a utilização e preservação da água na América Latina e na África.*

Débora Spitzcovsky - **Planeta Sustentável - 07/05/2009**

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Brasil detém 26% da água doce de todo o planeta. Entender sobre a utilização e preservação do recurso hídrico, portanto, é praticamente obrigatório no país, principalmente, na região que é conhecida por ser a “Caixa d’água do Brasil”, como é o caso de Minas Gerais. O estado é o maior fornecedor de água potável no país e, ainda, é divisor de várias bacias hidrográficas, inclusive internacionais.

Nesse cenário, foi praticamente irresistível a criação do Instituto Hidroex, na região do Triângulo Mineiro, em 2001, para atuar como centro produtor e difusor de conhecimento das questões relacionadas à água na América Latina e na África. A ideia deu tão certo que, na semana passada, o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, foi até Paris participar de uma reunião com o diretor-geral da Unesco, Koichiro Matsura, que, entre outras coisas, visava discutir a inclusão do Hidroex na rede mundial de referência em recursos hídricos da Unesco. Aécio Neves voltou sem uma resposta definitiva da Unesco. No entanto, o Conselho da organização deixou claro, no final da reunião, que o Hidroex atua de acordo com as normas e objetivos da Unesco, o que é um passo extremamente positivo rumo à aprovação do Instituto na rede.

Uma das exigências da Unesco para todos os integrantes da rede internacional de referência em recursos hídricos, no entanto, ficou faltando para o Hidroex: a autonomia administrativa e jurídica do Instituto. Mas o governo de Minas Gerais já anunciou que enviará, em breve, para a Assembléia Legislativa um projeto de Lei que modifique a condição do Hidroex.

Dessa maneira, a expectativa é de que, ainda este ano, durante a Conferência Geral da Unesco, o Instituto seja oficializado como membro da rede mundial e coloque o Brasil no rol de países que estão, realmente, engajados na preservação da água. “A criação do Hidroex vai além dos méritos de estudos, qualificação de pessoal. Ele me sensibilizou pelo espírito de solidariedade que carrega”, disse Márcio Barbosa, diretor-geral adjunto da Unesco.

### TEXTO 2: POLUIÇÃO E DESPERDÍCIO REDUZEM A ÁGUA DISPONÍVEL NO BRASIL

*O país é rico em disponibilidade de água, com 12% do total do mundo, mas a distribuição no território é muito desigual.*

Sérgio Adeodato - **Guia do Estudante - 2009**

Se o assunto é água, o Brasil é um país privilegiado. Sozinho, detém 12% da água doce de superfície do mundo, o rio de maior volume e um dos principais aquíferos subterrâneos, além de invejáveis índices de chuva. Mesmo assim, falta água no semi-árido e nas grandes capitais, porque a distribuição desse recurso é bastante desigual. Cerca de 70% da reserva brasileira de água está no Norte, onde vivem menos de 10% da população. Enquanto um morador de

Roraima tem acesso a 1,8 milhão de litros de água por ano, quem vive em Pernambuco precisa se virar com muito menos – o padrão mínimo que a ONU considera adequado é de 1,7 milhão de litros ao ano. A situação pode ser pior nas regiões populosas, nas quais o consumo é muito maior e a poluição das indústrias e do esgoto residencial reduz o volume disponível para o uso. É o caso da bacia do rio Tietê, na região metropolitana de São Paulo, onde os habitantes têm acesso a um volume de água menor do que o recomendado para uma vida saudável.

Além da poluição, o que preocupa a maior metrópole do país é a ocupação irregular das margens de rios e represas, como a de Guarapiranga, que mata a sede de 3,7 milhões de paulistanos. A seu redor, vivem cerca de 700 mil habitantes. Com o desmatamento das margens para a construção das casas, grande quantidade de sedimentos foi arrastada para a represa, que perdeu sua capacidade de armazenamento e ainda recebe o esgoto de muitas residências. O problema se repete na represa Billings, também responsável pelo abastecimento de São Paulo. Esse manancial é destino final das águas poluentes que são bombeadas dos rios Tietê e Pinheiros para manter seu curso.

A alternativa foi trazer água de uma bacia hidrográfica vizinha, a do rio Piracicaba-Jundiaí-Capivari, que abastece a metade da metrópole paulistana. Isso acabou gerando uma disputa regional. No total, 58 municípios compartilham esse manancial, e a solução foi criar o Banco das Águas, um acordo que estabelece cotas de captação para a região metropolitana de São Paulo (31 metros cúbicos por segundo) e para o conjunto dos municípios da região de Piracicaba (5 metros cúbicos por segundo). Nesse sistema, tanto um lado como o outro podem ir além desses limites como compensação, caso tenha retirado menor quantidade de água em períodos anteriores.

### **Democratização da água**

Essa política de uso das águas foi definida por um comitê, formado em 1993, para acabar com a briga sobre quem tinha direito a que nessa bacia hidrográfica. Esse modelo, pioneiro no Brasil, inspirou quatro anos depois a Lei das Águas, dando a possibilidade de criar em nível nacional um sistema que harmonizasse os diversos usos dos mananciais – geração de energia, abastecimento da população e irrigação de cultivos. A Agência Nacional de Águas é o órgão do governo federal responsável pela gestão dos recursos hídricos no país. Esse trabalho é conduzido em parceria com os Comitês de Bacia, que se espalharam no Brasil, após a nova legislação. Os comitês reúnem representantes da sociedade civil em cada região para sugerir iniciativas para preservar os rios e evitar conflitos.

A atual legislação reconhece os vários usos para a água e determina que a prioridade seja sempre para o abastecimento humano e animal.

## **TEXTO 3: A ÁGUA É UM RECURSO NATURAL ESGOTÁVEL**

*Estudos sobre o sistema hídrico mundial são unânimes em indicar que, se a média de consumo global de água não diminuir no curto prazo, teremos problemas de escassez. O Brasil, que tem uma parcela significativa de água doce, também está ameaçado.*

**Luís Souza** - Revista Nova Escola /Especial Meio Ambiente - 05/2010



Você acorda de manhã, acende a luz, toma um banho quente e prepara o café. Após se alimentar, limpa a boca com um guardanapo e lava a louça. Vai ao banheiro, escova os dentes e está pronto para dirigir até a escola para mais um dia de trabalho. Se parar para pensar, vai ver que, para realizar todas essas atividades, foi preciso usar água. A energia vinda das quedas d'água (via hidrelétricas) é que faz lâmpadas acenderem, chuveiros aquecerem e geladeiras refrigerarem. E para produzir o guardanapo que você passou pela boca é necessária muita água. Sem esquecer que o combustível de seu carro também contém a substância.

Usando uma expressão que tem a ver com o tema, seria "chover no molhado" dizer que a água é essencial para a nossa vida. Sem ela em quantidade e qualidade adequadas, não é apenas o desenvolvimento econômico-social e a nossa rotina que ficam comprometidos, mas também a nossa própria sobrevivência. Só existimos porque há água na Terra. Por isso, a disponibilidade desse recurso é uma das principais questões socioambientais do mundo atual. De acordo com o relatório trienal divulgado em 2009 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 2025, cerca de 3 bilhões de pessoas - mais da metade da população mundial - sofrerão com a escassez de água. "Se a média de consumo global não diminuir, o cotidiano da população pode ser afetado drasticamente, inclusive no Brasil", diz José Galizia Tundisi, presidente do Instituto Internacional de Ecologia de São Carlos e autor de livros sobre o tema (*leia o artigo na última página*).

Para ficar por dentro do assunto, o primeiro passo é compreender que, diferentemente do que ocorre com as florestas, a água é um recurso que tem quantidade fixa. Em teoria, dá para reflorestar toda a área desmatada da Amazônia, pois as árvores se reproduzem. Mas não é possível "fabricar" mais água. Segundo *O Atlas da Água*, dos especialistas norte-americanos Robin Clarke e Jannet King, a Terra dispõe de aproximadamente 1,39 bilhão de quilômetros cúbicos de água, e essa quantidade não vai mudar. Desse total, 97,2% dela está nos mares, é salgada e não pode ser aproveitada para consumo humano. Restam 2,8% de água doce, dos quais mais de dois terços ficam em geleiras, o que inviabiliza seu uso. No fim das contas, menos de 0,4% da água existente na Terra está disponível para atender às nossas necessidades. E a demanda não para de crescer.

### **A escassez hídrica na África é um problema econômico**

Robin Clarke e Jannet King fazem um alerta: "Não se engane: o abastecimento de água no mundo está em crise, e as coisas vêm piorando". A crise a que eles se referem pode ser de três tipos. Há escassez física quando os recursos hídricos não conseguem atender à demanda da população, o que ocorre em regiões áridas, como Kuwait, Emirados Árabes e Israel, ou em ilhas como as Bahamas. E existe a escassez econômica que assola, por exemplo, o Nordeste brasileiro e o continente africano. Há ainda regiões ou países que vivem sob o risco de crises de abastecimento e de qualidade das águas pelo uso exagerado do recurso. Austrália, Espanha, Inglaterra, Estados Unidos e Japão sofrem com isso. "A recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU) é que o consumo médio seja de 50 litros diários por habitante. Há países em que esse índice não passa de 5 litros. Já nas regiões mais desenvolvidas, uma pessoa usa em média 400 litros por dia", diz Tundisi.

A crise pode ser explicada por vários motivos: desmatamento, ocupação de bacias hidrográficas, poluição de rios, represas e lagos, crescimento populacional, urbanização acelerada e o uso intensivo das águas superficiais e subterrâneas na agricultura e na indústria (*veja o infográfico*). "Especialmente nos últimos 100 anos, o impacto da exploração humana dos recursos hídricos aumentou muito e trouxe consequências desastrosas", comenta Tundisi.

De fato, segundo a Unesco, de 1900 a 2025, o total anual de consumo de água no mundo terá aumentado quase dez vezes.

### **As soluções são conhecidas, mas não representam um consenso**

A crise de abastecimento de água é real e está piorando. Um dos caminhos para alcançar a sustentabilidade do recurso é a gestão integrada e o estímulo da reciclagem, com o aproveitamento da chuva e o controle da irrigação nas atividades agrícolas.

No livro *Colapso: Como as Sociedades Escolhem o Fracasso ou o Sucesso*, o norte-americano Jared Diamond examina por que algumas civilizações deram certo e outras sucumbiram ao longo da história. Para ele, o uso da água e o superaquecimento global são questões que, caso não sejam solucionadas, podem destruir a nossa civilização. Com o foco nessa questão, a ONU criou a Década da Água (que vai de 2005 a 2015). Nesse período, deve haver uma concentração de esforços em reverter o quadro de deterioração do recurso no planeta. O fato é que já se diagnosticaram as causas do problema e as soluções são conhecidas, mas não há um consenso sobre como implementá-las.

Pedro Jacobi lista medidas que poderiam ser tomadas, como a fiscalização da exploração dos aquíferos, leis severas contra a poluição, reciclagem e aproveitamento de águas da chuva e controle do recurso usado na agricultura. Além disso, ele prega uma gestão de recursos hídricos participativa, integrada e descentralizada: "Temos de encontrar tempo para refletir e participar do debate sobre o fato de que até hoje a humanidade tem sido predatória e não pode mais ser assim, pois os recursos são finitos".

### **Problema de gestão**



**José Galizia Tundisi**

Presidente do Instituto Internacional de Ecologia e professor titular da Universidade Feevale

A situação hídrica no Brasil envolve problemas de quantidade e de qualidade. Todos os sistemas de águas continentais, tanto os de superfície como os aquíferos subterrâneos, têm sofrido pressão permanente pelos usos múltiplos, pela exploração excessiva e pelo acúmulo de impactos de várias magnitudes e origens. Em vista disso, nesta década, o Brasil precisa lidar com desafios específicos no que diz respeito ao gerenciamento desse recurso.

Apesar de o Brasil possuir entre 12 e 16% da água doce da superfície do planeta, o país sofre com a distribuição irregular, a poluição e o desperdício. É fundamental a introdução de novos paradigmas, como a gestão integrada, a otimização de usos múltiplos e o aproveitamento integral, incluindo a reutilização, o tratamento adequado e a baixo custo e a economia de água.

Um dos principais desafios é melhorar a qualidade da água na zona rural, que é bem inferior à da urbana. Os problemas apresentados no campo se devem principalmente ao saneamento básico, ainda precário, além da contaminação por transmissores de doenças tropicais. Nessas

questões, há exemplos a ser seguidos. Os países desenvolvidos tratam esgoto, cuidam dos mananciais e procuraram antecipadamente desenvolver tecnologia e programas de controle. Já nas nações subdesenvolvidas, houve um retardo: apenas para exemplificar, nos Estados Unidos, o esgoto tratado fica próximo a 100%, enquanto na América Latina não passa de 30%.

Outro desafio importante é reduzir o recurso utilizado na agropecuária de produtos de exportação, como soja, café, laranja e carne. Com esse consumo excessivo, estamos, no fim das contas, exportando também esse precioso bem. Há ainda questões como garantir à população das periferias das grandes cidades o acesso à água potável e de boa qualidade. Nos grandes centros urbanos, os rios e as represas estão poluídos, e já há casos de estresse hídrico em áreas notadamente populosas.

Com tudo isso, uma coisa fica clara: chegou a hora de o país se preparar para uma mudança na maneira como lida com a água, adotando uma visão mais ampla sobre esse recurso, que inclui valores estéticos e culturais. Faz-se necessário um conjunto de alterações conceituais na gestão, como o desenvolvimento de programas de integração de sistemas e criação de comitês de estudo. Mais do que nunca, é preciso pensar a gestão unificada em nível nacional, que aborde a recreação, o turismo e a navegação. Enfim, o conjunto de usos múltiplos da água.